

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.663 - ES (2019/0294376-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : GUSTAVO COSTA LOPES - MG076552
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : FABIO FERREIRA CAMARA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Fábio Ferreira Camara**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo ora paciente (Apelação Criminal n. 0015324-76.2015.8.08.0011 - fls. 29/36), mantendo sentença, em que o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim/ES julgou procedente a pretensão estatal para condená-lo à pena de 1 ano de detenção, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por pena alternativa (Ação Penal n. 0015324076.2015.8.08.001), pela prática do crime descrito no art. 12 da Lei n. 10.826/2003 (3 munições do tipo OGIVAL calibre 12).

Daí a presente impetração em que se alega constrangimento ilegal consistente na condenação do paciente, sendo sua conduta materialmente atípica.

Sustenta-se, em síntese, que *se tratavam de apenas três munições, sem que fosse encontrada nenhuma arma que possibilitasse a utilização, sendo de pouca relevância da conduta praticada, ensejando portanto, nenhuma lesão ao bem jurídico protegido* (fl. 9).

Postula-se, então, *a concessão de liminar, inaudita altera pars, objetivando a suspensão do acórdão até o julgamento do presente writ; e ao final, seja concedida a ordem de Habeas Corpus, para absolver o paciente pela prática do crime do art. 12 da Lei 10.826/03, com base no princípio da insignificância* (fl. 16).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

No presente caso, enxerguei o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris* necessários ao acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Isso porque a *Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça*, alinhando-se ao *Supremo Tribunal Federal*, tem entendido pela incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos na *Lei 10.826/03*, afastando a tipicidade material da conduta, quando evidenciada flagrante desproporcionalidade da resposta penal. Ainda que formalmente típica, a apreensão de 1 cartucho não é capaz de lesionar ou mesmo ameaçar o bem jurídico tutelado, mormente porque ausente armamento capaz de deflagrar o projétil encontrado em poder do agente (AgRg no REsp n. 1.721.334/PR, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 4/10/2018).

Ademais, admite-se a incidência do princípio da insignificância quando se tratar de posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de armamento capaz de deflagrá-la, uma vez que ambas as circunstâncias conjugadas denotam a inexpressividade da lesão jurídica provocada. [...] Com efeito, analisando os precedentes, verifico que a insignificância se apresenta em situações nas quais se possuía de 1 a 7 munições (HC n. 453.108/MS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 10/8/2018).

Nesse cenário, **defiro** a liminar, a fim de suspender os efeitos do acórdão impugnado até o julgamento de mérito do presente *writ*.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora, no prazo de 20 dias e, após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

